

[unofficial translation by La'o Hamutuk. Portuguese original follows below.]

Timor-Leste should honor as “heroes” those who denounced Australian espionage – Senator

LUSA, 31 October 2018

The Timorese state should recognize and honor as “heroes” two men who denounced Australia’s espionage of Timor-Leste during the negotiations for the 2004 maritime border treaty, an Australian senator said today.

“Bernard Collaery and Witness K, in my opinion, are heroes, they have revealed something that was illegal, which was reprehensible and inconsistent with the way Australians behave, and unfortunately they are being tried for what they did,” Senator Rex Patrick told Lusa in Dili.

“In my opinion, without the action of these two men, Timor-Leste would not have been in a position to renegotiate the treaty, so they are heroes for me and should be considered heroes by the Timorese,” he said.

The two men, a former Australian intelligence agent known as “Witness K” (his identity has never been disclosed publicly) and his lawyer, Bernard Collaery, are being charged with conspiracy by the authorities in Canberra.

At issue is a complaint by “Witness K”, which divulged a 2004 eavesdropping scheme by the Australian secret services in offices of the Timorese Government in Dili.

According to the reports, the Australian Government has obtained information that would give favor to Australian intentions in the negotiations with Timor-Leste about the maritime border and control of the Greater Sunrise wells.

The defendants, who return to court on Thursday, face a maximum sentence of two years in prison if convicted. The Australian Government has argued that given the nature of the content of the case what happens in court must be ‘closed’, something challenged by the defense and critics of the decision to accuse the two men.

“They have been solidly raised by Timor-Leste and now cannot be abandoned by Timor-Leste. There is no question that they can be sentenced to prison,” said Patrick.

That is why, he insists, his role must be recognized in some way by the Timorese authorities.

“I know that in international terms Australia would not interfere in Timorese judicial matters and Timor-Leste does not interfere in Australian judicial matters,” he said.

“But that does not mean that you cannot show absolute support for the two, and one of the ways this can happen can be through a state honor, a medal, because they have done something very good for Timor-Leste,” he said.

Patrick, who is in Dili for a five-day visit by an Australian parliamentary delegation - the first to Timor-Leste since 2011 - believes that “all reasonable Australians would agree to this premise.”

“Witness K” has been without a passport for several years and prevented from leaving the country, and Collaery was prevented from talking about the process and target of raids during which the authorities confiscated documents from Timor-Leste.

It was only in May 2015 that the Australian Government agreed to return to Timor-Leste the documents it had confiscated in the raid that a team of agents from ASIO (Australian Security and Intelligence Agency) made on December 3, 2013, at Collaery's offices.

The documents provided "details of Australia's espionage activities against Timor-Leste during the negotiation of CMATS," prompting the Timorese State to file a complaint against Australia before the International Tribunal in The Hague.

On March 3, 2014, the Court issued provisional measures in favor of Timor-Leste, imposing an injunction on Australia "not to interfere in any way with the communication between Timor-Leste and its legal counsel" in relation to Arbitration of the Timor Sea Treaty (TST), any future bilateral negotiations on maritime borders or related procedures.

Australia asked the International Court of Justice and the Arbitration of the Timor Sea Treaty in September 2014 for a six-month adjournment of hearings to enable the two countries to "seek an amicable settlement."

Timor-Leste agreed to Australia's request, which was conditional upon Canberra agreeing to speak on borders, with the extended deadline ending in March 2015. Only two months later did Canberra return the documents.

In an interview with Lusa in April, at the time of the campaign for early legislative sessions, Xanana Gusmão, President at the time the eavesdropping took place, told Lusa for the first time some of the outlines of the case.

The two countries were negotiating what would be known as the Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (CMATS), signed in 2006 by then-Prime Minister Mari Alkatiri, and giving 10 percent of the revenue from the disputed zone to Australia.

Xanana Gusmão explained that it was in 2009 that he became aware that an Australian spy had placed a listening device in the hall of the Timorese Council of Ministers during the period of the CMATS negotiations, led by Alkatiri and José Ramos-Horta, and recalled

"I was left with that and no one else knew, because only in February 2013 is that the CMATS could be worked on because there was no license in question until then. I have waited all this time," he explained.

In December 2012, already Prime Minister, he met with his Australian counterpart in Bali, Julia Gillard.

"I told her in Bali that we had problems, but she said that she did not want to raise the case and told us to settle this between us without making big waves. I sent a letter, refused, did nothing. I sent another letter and nothing. And then, it was time, I took it to the international court," he explained.

Timor-Leste devia honrar como “heróis” os que denunciaram espionagem australiana - Senador



by [TIMOR AGORA](#) on [31.10.18](#)

Díli, 31 out (Lusa) - O Estado timorense deveria reconhecer e homenagear como “heróis” dois homens que denunciaram a espionagem que a Austrália realizou a Timor-Leste durante as negociações para o tratado de fronteiras marítimas de 2004, disse hoje um senador australiano.

“Bernard Collaery e a Testemunha K, na minha opinião, são heróis. Revelaram algo que era ilegal, que era condenável e não consistente com a forma como os australianos se comportam. E infelizmente estão a ser julgados pelo que fizeram”, disse à Lusa em Díli o senador Rex Patrick.

“Na minha opinião, sem a ação destes dois homens, Timor-Leste não teria estado numa posição para renegociar o tratado. São, por isso, heróis para mim e deviam ser considerados heróis pelos timorenses”, afirmou.

Os dois homens, um ex-agente dos serviços secretos australianos, conhecido como “Testemunha K” (a sua identidade nunca foi revelada publicamente) e o seu advogado, Bernard Collaery, estão a ser julgados acusados de conspiração pelas autoridades em Camberra.

Em causa está uma denúncia por parte da “Testemunha K”, que divulgou um esquema de escutas montado em 2004 pelos serviços secretos australianos em escritórios do Governo timorense, em Díli.

De acordo com os relatos, através das escutas, o Governo australiano obteve informações que permitiriam favorecer as intenções australianas nas negociações com Timor-Leste da fronteira marítima e pelo controlo dos poços de Greater Sunrise.

Os acusados, que regressam na quinta-feira ao tribunal, enfrentam uma pena máxima de dois anos de prisão, se forem considerados culpados. O Governo australiano tem defendido que dada a natureza do conteúdo do caso o que ocorre no tribunal deve ser ‘fechado’, algo contestado pela defesa e por críticos da decisão de acusar os dois homens.

“Estiveram, solidamente, levantados por Timor-Leste e agora não podem ser abandonados por Timor-Leste. Não há dúvida de que podem ser condenados à prisão”, disse Patrick.

Motivo pelo qual, insiste, o seu papel deve ser reconhecido de alguma forma pelas autoridades timorenses.

“Sei que em termos internacionais a Austrália não interferiria em questões judiciais timonasses e Timor-Leste não interfere em questões judiciais australianas”, disse.

“Mas isso não significa que não se possa mostrar apoio absoluto pelos dois e uma das formas que isso pode ocorrer pode ser através de uma honra de Estado, uma medalha, porque fizeram algo muito bom para Timor-Leste”, afirmou.

Patrick, que está em Díli para uma visita de cinco dias de uma delegação parlamentar australiana - a primeira a Timor-Leste desde 2011 - considera que “todos os australianos razoáveis concordariam com esta premissa”.

A “Testemunha k” está sem passaporte há vários anos e impedido de sair do país, e Collaery foi impedido de falar do processo e alvo de rusgas durante as quais as autoridades confiscaram documentos de Timor-Leste.

Só em maio de 2015 é que o Governo australiano aceitou devolver a Timor-Leste os documentos que tinha confiscado na rusga que uma equipa de agentes da ASIO (Organização Australiana de Serviços Secretos) fez a 03 de dezembro de 2013, aos escritórios de Collaery.

Os documentos forneciam “detalhes sobre atividades de espionagem por parte da Austrália em relação a Timor-Leste, durante a negociação do CMATS”, o que levou o Estado timorense a apresentar uma queixa contra a Austrália junto do Tribunal Internacional, em Haia.

A 03 de março de 2014, o Tribunal emitiu medidas provisórias a favor de Timor-Leste, com a imposição de uma injunção à Austrália de “não interferir de forma alguma na comunicação entre Timor-Leste e os seus consultores jurídicos” em relação à Arbitragem do Tratado do Mar de Timor (TMT), qualquer futura negociação bilateral sobre as fronteiras marítimas ou a procedimentos relacionados.

A austrália pediu em setembro de 2014 ao Tribunal Internacional de Justiça e à Arbitragem do Tratado do Mar de Timor um adiamento de seis meses às audiências para permitir aos dois países “procurar obter um acordo amigável”.

Timor-Leste concordou com o pedido da Austrália, que era condicionado a Camberra aceitar falar sobre as fronteiras, tendo o prazo ampliado terminado em março de 2015. Só dois meses depois é que Camberra devolveu os documentos.

Numa entrevista à Lusa, em abril, na altura da campanha para as legislativas antecipadas, Xanana Gusmão, Presidente na altura em que as escutas foram realizadas, contou pela primeira vez à Lusa alguns dos contornos do caso.

Os dois países estavam a negociar o que seria conhecido como o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS), assinado em 2006 pelo então primeiro-ministro Mari Alkatiri, e que dava 10% das receitas da zona disputada à Austrália.

Xanana Gusmão explicou que foi em 2009 que teve conhecimento de que um espião australiano tinha colocado um sistema de escuta na sala do Conselho de Ministros timorense, durante o período em que decorriam as negociações do CMATS, lideradas por Alkatiri e José Ramos-Horta, lembrou.

“Fiquei com aquilo e ninguém mais soube. Porque só em fevereiro de 2013 é que o CMATS poderia ser trabalhado, porque até lá não havia licença nenhuma em causa. Esperei esse tempo todo”, explicou.

Em dezembro de 2012, já primeiro-ministro, encontrou-se com a sua homóloga australiana em Bali, Julia Gillard, a quem falou do caso.

“Disse-lhe em Bali que tínhamos problemas, disse que não queria levantar o caso e disse para resolvermos isto entre nós sem fazer grandes ondas. Mandeí carta, recusou, não fizeram nada. Mandeí outra carta e nada. E então, é que já era tempo, levei ao tribunal internacional”, explicou.

ASP // MAG